



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DEMAIS ANEXOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA.

Às nove horas do dia trinta de setembro do ano de dois mil e quinze, no recinto do Plenário da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba, reuniu-se a Comissão de Finanças, Orçamento e Contabilidade, composta pelos Vereadores **SEBASTIÃO SILVEIRA NEQUINHO DESANTI (Presidente)**, **GENUÍNO ANTONIO DE LIMA (Vice Presidente)** e **ROGÉRIO VAGNER REZENDE (Membro)**, para o recebimento e apresentação do **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**, alusivo ao 2º quadrimestre do exercício econômico financeiro de 2015, da Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba, em obediência ao disposto no parágrafo único do Artigo 48, da Lei Complementar Federal nº 101, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e na conformidade do comunicado na imprensa. Preliminarmente fora registrada a ausência do Vereador Rogério Wagner Rezende, Membro desta Comissão. Compareceram representando o Executivo, o Sr. Paulo Renato Godoy, Secretário de Finanças e o Sr. Vaumil Antonio Pontes, Oficial Administrativo da Secretaria de Finanças e representando o Poder Legislativo os Vereadores: Angelo da Silva e Chiquinho Miguel. Em seguida o Senhor Secretário de Finanças fez a explanação e apresentação dos seguintes documentos, por exigência do diploma legal acima referido: **DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRIMÁRIO e ANÁLISE; BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DE RECEITA (Previsão atualizada para 2015 e realizado até o 2º Quadrimestre), DEMONSTRATIVO DE RECEITA TRIBUTÁRIA (Receitas Tributárias- Impostos, IPTU, ISS, ITBI, IRRF, TAXAS e CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA), DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (FPM, ITR, Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais, SUS, FNAS, FNDE, ICMS desoneração LC nº 87/96, ICMS, IPVA, IPI, FUNDEB, Outras Transferências), DEMONSTRATIVO DE RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Administração Direta e Administração Indireta, Autarquias, Deduções, Contribuição Servidor a RPPS, Compensações Financeiras Regime de Previdência, Deduções de Receitas para o FUNDEB), DEMONSTRATIVO DE BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA (Despesas Correntes: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes) Despesas de Capital: Investimentos, Despesas Intra-Orçamentárias, Amortização da Dívida, Reserva de Contingência), DEMONSTRATIVO DE RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (Receitas Realizadas e Liquidadas na Administração Direta e Indireta), DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Despesa executada no Poder Executivo e Poder Legislativo, Limite Prudencial, Limite Máximo), DEMONSTRATIVO DE RECEITAS e DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (Total da Receita de Impostos, Despesa - Mínimo 25%, Despesa Aplicada, Receitas do FUNDEB, Transferência, Aplicação Financeira, Despesa - Mínimo 60% do FUNDEB na Remuneração do**



Magistério), DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM AÇÕES e SERVIÇOS DE SAÚDE (Despesas Próprias com Saúde, Total da Receita de Impostos e Despesa Próprias com Ações de Saúde e Limites Constitucionais aplicados), DEMONSTRATIVO DE DÍVIDA CONSOLIDADA (Comparativo do Saldo do Exercício 2014 e do Saldo em 31/08/2015: Dívida consolidada, Disponibilidade de Caixa, Demais Haveres Financeiros, Restos à Pagar, Dívida consolidada Líquida, Dívida Fiscal Líquida, Receita Corrente Líquida, Resultado), DEMONSTRATIVO DE RESULTADO NOMINAL (Dívida consolidada, Dívida Consolidada Líquida, Disponibilidade de Caixa, Haveres Financeiros, Restos à Pagar, Passivo Reconhecido, Dívida Física Líquida e Dívida Fiscal Líquida), os quais se encontram anexos à presente ata. Depois de explanada pelo ilustre Secretário, foi a matéria discutida pela aludida Comissão, tendo seus integrantes efetuado algumas indagações sobre as metas fiscais para receitas, despesas, resultados, gastos com a saúde, educação e pessoal, montante da dívida pública, inscrição e cobrança da dívida ativa, assim como algumas metas e programas implementados e executados no exercício passado, respeitados os postulados dispostos na LOA, LDO e PPA aprovados nesta Casa de Leis, atendo-se as colocações dos Vereadores aos princípios da legalidade e principalmente da transparência das contas públicas, todos registrados na forma contida no artigo 153, § 1º do Regimento Interno. Em seguida o Presidente da Comissão, abriu espaço para perguntas pelo público presente em Plenário, sendo que não houve a apresentação de questionamentos. Nada mais havendo foi a presente ata lavrada por mim Thaíza Calvitti Bueno Vieira, assinada pelo Presidente e Membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Contabilidade e, também, pelos representantes do Executivo.

A COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

SEBASTIÃO SILVEIRA NEQUINHO DESANTI
Presidente

GENUÍNO ANTONIO DE LIMA
Vice Presidente

ROGÉRIO VAGNER REZENDE
Membro

PAULO RENATO GODOY
Secretário de Finanças

